



ARQUEOLOGIA

RESUMO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DA RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO MUNICIPAL SITO NO PÁTIO DO CASTILHO N.º 30

Nota introdutória

No âmbito da “Recuperação do edifício municipal sito no Pátio do Castilho n.º 30” foi desenvolvida uma ação arqueológica que consistiu no acompanhamento da empreitada durante as escavações no subsolo, picagens de paramentos e desconstruções, tendo os trabalhos sido dirigidos pelo arqueólogo Sérgio Madeira e arqueóloga Joana Garcia em codireção, técnicos superiores afetos à Divisão de Gestão Urbanística Centro da Câmara Municipal de Coimbra.

Este tipo de ação de salvaguarda patrimonial prende-se com o facto do edifício em apreço inserir-se dentro do perímetro urbano da cidade de Coimbra, nos limites da antiga cidade muralhada. Insere-se em Área Central C1 de acordo com a 1ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), no Centro Histórico, em ARU – Coimbra Alta, na Zona Especial de Proteção da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, inscrito na Lista do Património Mundial no dia 22 de junho de 2013 (decisão 37COM8B.38 do Comité do Património Mundial), publicitada através do Aviso n.º 14917/2013, D.R. n.º 236, 2ª série, de 5 de dezembro e nos termos do previsto no n.º 7 do artigo 15º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (LBP) como conjunto de Interesse Nacional (MN) o Conjunto da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, publicitado através do Anúncio n.º 175/2013, DR, 2ª Série, n.º 93 de 15 de maio). Localiza-se também em Zona de Proteção ao Monumento Nacional; Arco Pequeno de Almedina, Cerca de Coimbra, Misericórdia de Coimbra, Colégio Novo, Igreja e Claustro e em Zona de Proteção a Imóvel de Interesse Público – Edifício do Chiado e Pelourinho de Coimbra.

Resenha histórica e patrimonial

O Pátio do Castilho, no qual se encontra o imóvel em estudo, localiza-se junto à Torre de Almedina, principal porta da cidade muralhada. A Torre de Almedina, como uma sólida construção, teria como principal função a defesa de uma das cinco portas de entrada da muralha, sofreu obras de reconstrução com ampliação e reedificação no século XI por D. Fernando e pelo Conde D. Sisnando, no século XIII, reinado do D. Afonso III, e nos séculos XIV e XV desenvolveram-se obras nas muralhas, torres e barbacãs.



A Torre de Almedina teve várias ocupações que contribuíram também para sucessivas alterações e acrescento no edificado. Existem registos de obras, na Torre de Almedina, nos séculos XIII/XIV e uma grande reforma nos séculos XV/XVI para ocupação como Casa da Câmara, mantendo a traça até ao momento. No século XIX, a Escola Livre das Artes e Desenho ocupa o espaço e no século XX entrou a Secção Etnográfica e Etnológica. No final desse século começa a funcionar o Arquivo Histórico Municipal, tendo regressado nos últimos anos a Vereação à Torre. No ano de 1945, a Direção Geral de Monumentos Nacionais - DGEMN realizou obras e no ano de 2000 a Autarquia efetuou novamente obras para a instalação do Museu Municipal.

O número 30 do Pátio do Castilho, edifício alvo de trabalhos arqueológicos, é composto por 2 pisos, correspondendo hipoteticamente ao século XVIII e poderá eventualmente ter feito parte integrante do palacete de José Feliciano de Castilho. Da frontaria, na fase inicial da empreitada, destacava-se a divisão que servia de garagem, que seria uma divisão anexa à casa típica dos palacetes oitocentistas (cavalariça, celeiro, dispensa, entre outros apoios). Este tipo de solução é comum num imóvel tardo-medieval, em que existiria um vão relacionado, fundamentalmente, com uma atividade económica, e outra porta, neste caso duas portas, uma das quais de acesso privado à habitação. O 1.º andar é constituído por uma janela de 2 folhas com cantaria, ladeadas por outras de menores dimensões.

Ao abrigo de um protocolo de colaboração entre o Município e a associação denominada “Grupo de Arqueologia e Arte do Centro” (GAAC) – associação de utilidade pública sem fins lucrativos, constituída em 11 de maio de 1978 – a mesma tem-se encontrado sediada no primeiro piso do edifício em apreço, tendo estado o piso térreo ao serviço da Arqueologia da Autarquia, enquanto garagem e zona de arrumos de ferramentas e materiais.

O espaço onde se insere o imóvel tem o seu nome ligado a Feliciano de Castilho, lente da Faculdade de Medicina, que em 1823 escolheu este espaço para sua residência. Apesar de não existirem provas concretas, a construção descrita, pelas suas características, poderá ter feito parte do palacete que aquele professor mandou construir naquela zona.

Desde do século XIX, que na área do Pátio do Castilho estiveram instaladas várias entidades culturais, políticas e sociais da cidade de Coimbra. Por exemplo, no edifício onde hoje se encontra a Escola do 1.º Ciclo de Almedina, funcionou o Primeiro Clube Regenerador (1875); o Centro Regenerador João Franco (1897/1901); o Centro Regenerador (1901/1908) e, por fim, o Centro do Partido Evolucionista com a redação do seu jornal a “A Província”, na 1ª década do Século XX. Sendo um homem dedicado às Artes e das Letras, Feliciano de Castilho criou nas casas em redor do pátio, a Sociedade dos Amigos das Letras.



No Pátio instalou-se ainda uma Loja Maçónica, fazendo-se a entrada, para não levantar suspeitas, por uma porta de quintal que dava para a Rua de Sobre Ribas (1821). No local também operaram a Sociedade de Instrução dos Operários (1851); o Clube Conimbricense (1859); a Sociedade Recreativa Conimbricense (1868) e mais tarde, como já se referiu, a Escola Livre das Artes do Desenho, do Mestre Nogueira Gonçalves, com as suas instalações na Torre de Almedina.

Antecedentes

Em sede de licenciamento foi elaborada uma Ficha de Avaliação de Impacto Patrimonial e Arqueológico, na qual foi proposto que todos os trabalhos decorrentes da empreitada, como ações de picagens/aberturas parietais ou eventuais afetações do solo, tivessem acompanhamento arqueológico.

Foi elaborado um Plano de Trabalhos Arqueológicos proposto à Direção Regional de Cultura do Centro, inserido dentro da categoria C, alínea c), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 04 de novembro – Novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, que preconiza *“ações preventivas e de minimização de impactes integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático e ações de manutenção e conservação regular de sítios, estruturas e outros contextos arqueológicos, conservados a descoberto, valorizados museologicamente ou não”*, em cumprimento também da Lei 107/2001 de 8 de setembro (Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural), Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Coimbra – RMUE e do Plano Diretor Municipal - PDM. O Plano de Trabalhos de Arqueologia apresentado à DRCC mereceu aprovação a 23 de janeiro de 2020 (Ofício 2020/200 – Proc. N.º C.S: 199068).

Todo o trabalho realizado pela equipa de arqueologia respeitou os termos da legislação em vigor. A ação arqueológica foi precedida da obtenção da licença junto da entidade competente e sucedida pelo envio do relatório de final. Os trabalhos arqueológicos a realizar tiveram como principal objetivo avaliar e registar os contextos arqueopatrimoniais e propor a sua eventual integração, implementando medidas de proteção e salvaguarda consideradas necessárias. Para os trabalhos arqueológicos foi feita uma recolha bibliográfica e de informação oral com o propósito de conhecer a realidade arqueológica/histórica da zona.



Resenha dos trabalhos

Durante a intervenção arqueológica, com início a 23 de janeiro de 2020 e conclusão a 31 de dezembro de 2020, realizou-se, então, o acompanhamento de todas as ações de picagens de paredes, desconstruções, abertura de vãos/roços nas paredes para colocação de infraestruturas e mobilizações de subsolo. Na eventualidade de serem detetados vestígios arqueológicos significativos, o mesmo seria comunicado à Tutela, com proposta de medidas de minimização adequadas para o efeito. Foram efetuados os registos topográficos, cartográficos, fotográficos e gráficos (à escala de 1:20) da evolução das atividades e das realidades arqueológicas, considerados necessários. Realizou-se ainda uma sensibilização tanto do encarregado da obra como de todos os trabalhadores para o património arqueológico/histórico, bem como a informação sobre os procedimentos a tomar no caso de eventuais ocorrências arqueológicas/patrimoniais. O Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos é apresentado de acordo com o estabelecido na legislação em vigor, nomeadamente no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e na Lei de Bases do Património.

Através do acompanhamento arqueológico foi possível perceber, que apesar de o imóvel remontar possivelmente ao século XVIII, terá já sido alvo de várias transformações, sobretudo no interior cujas divisórias são exclusivamente compostas por materiais recentes. O exterior apesar de manter a constituição de origem com um aparelho de alvenaria irregular, apresenta alterações pontuais como o caso da utilização de alguns reforços com tijolo e cimento. Ao nível do subsolo verifica-se também uma composição bastante modificada devido à colocação de diversas tubagens relacionadas com infraestruturas desde pelo menos meados do século passado. Durante as picagens observaram-se 3 arcos de descargas, elementos arquitetónicos bastante comuns, encimando algumas vergas, mormente na porta de ligação ao pátio/saguão, de ambos os lados, e numa janela existente no edifício na zona do saguão. Apesar dos resultados serem parcos do ponto de vista arqueológico, ressalva-se a importância de trabalhos deste género na zona primitiva da cidade, que acrescentam sempre novos conhecimentos à história de Coimbra. Desta forma, considera-se relevante que futuras intervenções que prevejam afetação do subsolo ou no edificado restante, sejam alvo de trabalhos arqueológicos.

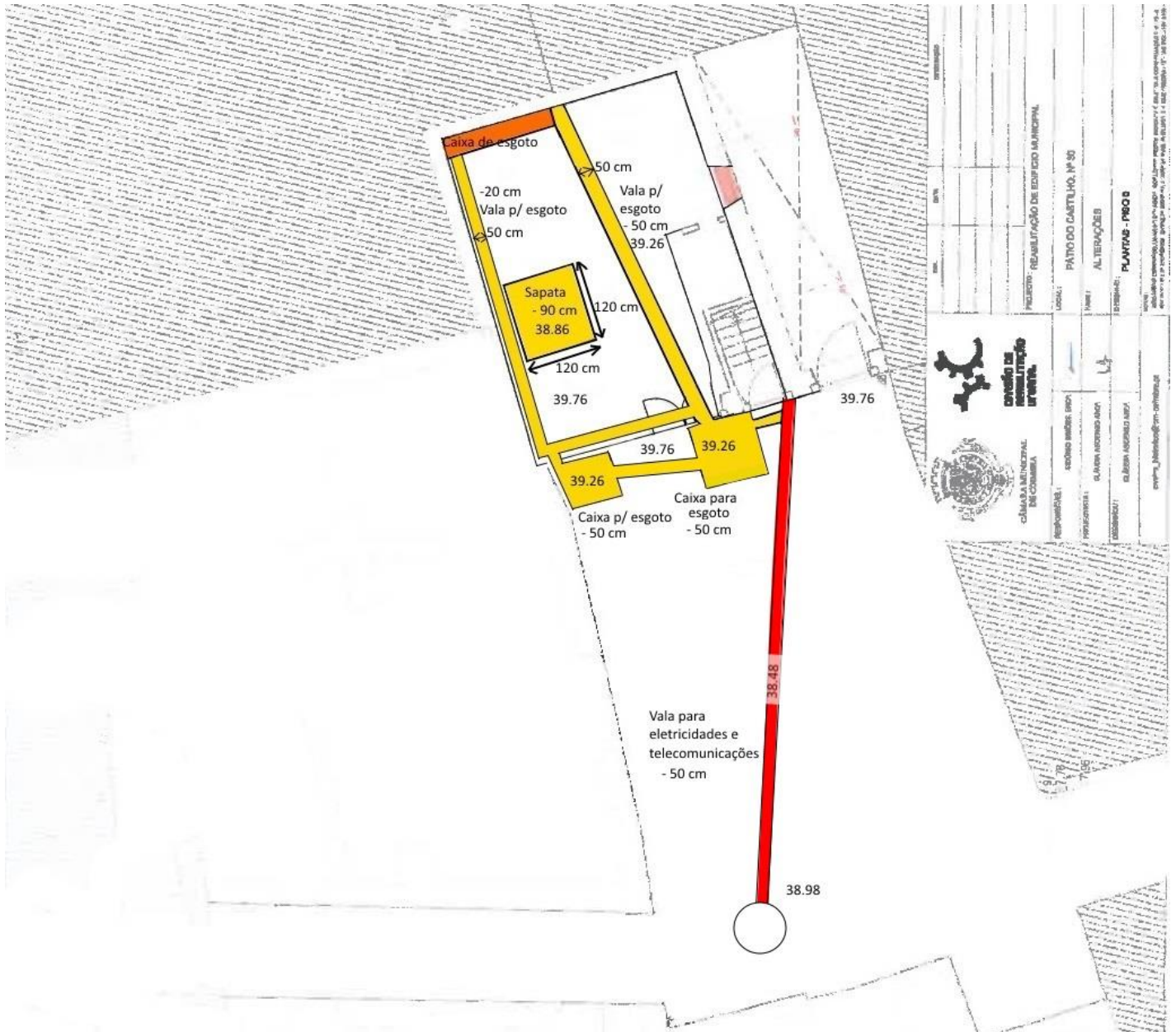


Imagens



Aspetos do edifício municipal
sito no Pátio do Castelo n.º 30
no início e fim da intervenção

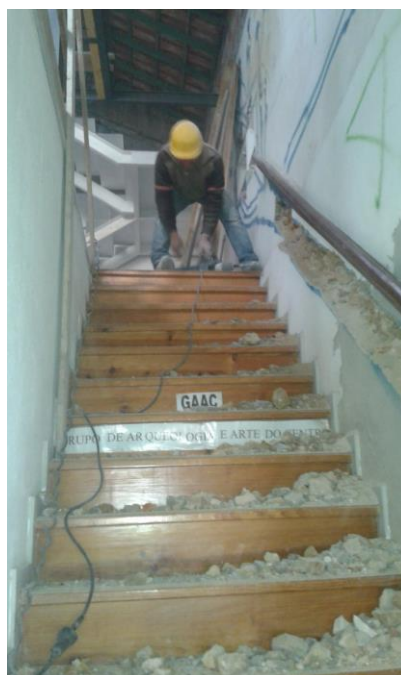




Croqui das escavações efetuadas no âmbito da empreitada



Roços na fachada principal



Roços nas paredes interiores do imóvel



Pormenor da estratigrafia no interior do imóvel



Abertura de vala para colocação de infraestruturas



Vários aspetos da abertura de valas exterior do edifício



Picagem da fachada principal, visualizando-se o arco de descarga na porta de acesso ao saguão



Bibliografia de referência

ALARCÃO, Jorge de, (1999). *A Evolução Urbanística de Coimbra: das Origens a 1940*. Actas do I Colóquio de Geografia de Coimbra em 1996. Nº especial de Cadernos de Geografia: 1-10.

ALARCÃO, Jorge de (2008). *Coimbra: A Montagem do Cenário Urbano*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, F. A. Martins de (1942). *Portas e Arcos de Coimbra*. Coimbra. Edição da Biblioteca Municipal.

LARCHER, Jorge (1935), *Castelos de Portugal – Distrito de Coimbra*.

LOUREIRO, J. Pinto, (1960). *Toponímia de Coimbra*. Tomo I. Coimbra.

TRINDADE, Luísa, (2002), *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*; Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.